

Lendo o “capital” de Bourdieu*

Loïc Wacquant**

Resumo

O presente artigo é uma análise detalhada da obra *La Noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps* (1989), de Pierre Bourdieu, em que se procura detalhar a forma como o sociólogo francês estuda a lógica da dominação social na sociedade avançada e os mecanismos por meio dos quais ela se disfarça e perpetua. Embora o estudo se concentre na França, a temática destrinchada por Bourdieu é universalizante em intenção e resultados analíticos, sendo de grande valia para o estudo dos processos de recrutamento, formação e reprodução dos corpos estáveis de instituições de educação superior de elite.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; capital cultural e dominação social; *La Noblesse d'État*.

Reading Bourdieu's “capital”

Abstract

The present article is a detailed analysis of Pierre Bourdieu's work *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps* (1989), through which we try to specify the way the French sociologist studies the logic of social domination in the advanced society and the mechanisms through which it disguises and perpetuates itself. Although the study is focused in France, the thematic unveiled by Bourdieu is universalising in its purpose and analytical results, being of great value for the study of the recruit, formation, and reproduction processes of the stable bodies of elite institutions of higher education.

Keywords: Pierre Bourdieu; cultural capital and social domination; *La Noblesse d'État*.

* Traduzido do original em inglês por Helena Pinto, José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira. Publicado em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Orgs.). *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 295-312. Revisão e adaptação para o português falado no Brasil: Ana Paula Hey e Afrânio Mendes Catani.

** Professor de Sociologia – University of California-Berkeley; Pesquisador no Centre de Sociologie Européenne/EHESS, Paris.

Leyendo el “capital” de Bourdieu

Resumen

El presente artículo es un análisis detallado del libro *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps* (1989), de Pierre Bourdieu, adonde tentamos especificar la manera como el sociólogo francés estudia la lógica de la dominación social en la sociedad avanzada y los mecanismos en que ella se disfraza y perpetua. Aunque el estudio esté centrado en Francia, la temática destrenzada por Bourdieu es universalizante en intención y resultados analíticos, siendo de gran valor para el estudio de los procesos de reclutamiento, formación y reproducción de los cuerpos estables de instituciones de educación universitaria de elite.

Palabras claves: Pierre Bourdieu; capital cultural y dominación social; *La Noblesse d'État*.

Dos inúmeros trabalhos de Pierre Bourdieu, *La Noblesse d'État* (1989a) é, provavelmente, a mais fantástica e a mais paradoxal de suas obras e, sem dúvida por estas razões, poderá desconcertar, senão confundir, muitos de seus leitores estrangeiros. Em primeiro lugar, ela é persistentemente franco-centrada em substância empírica e âmbito, embora seja, ao mesmo tempo, irremediavelmente universalizante em intenção e alcance analíticos. Em segundo lugar, e esta é uma das marcas distintivas do estilo sociológico de Bourdieu, *La Noblesse d'État* é decididamente empírica, recheada de dados até a saturação, embora animada por um poderoso projeto teórico que a situa no epicentro de debates sobre poder, cultura e razão no fim do século.

Ainda mais do que em *La distinction* (Bourdieu, 1984a), que se apóia e se estende em inúmeras direções, este estudo sobre a lógica de dominação social na sociedade avançada e sobre os mecanismos por onde ela se disfarça e se perpetua está profundamente ancorado nas especificidades do sistema de classes, da cultura e da educação francesas, nas duas décadas seguintes à sublevação de maio de 1968. Ao mesmo tempo, como em todos os bons relatórios etnológicos – de acordo com Marcel Mauss (1947, p. 7) –, “o que pode parecer um detalhe fútil é, de fato, uma condensação de princípios” que Bourdieu afirma serem igualmente atuantes em outros países e épocas.

Este trabalho pretende extrair esses princípios a partir da análise concreta na qual eles estão materializados e embutidos, revelados e escondidos. Assenta na idéia de que *La Noblesse d'État* fornece uma das mais claras exemplificações até agora feitas dos conceitos e preocupações centrais de Bourdieu, incluindo sua prática epistemológica, sua teoria dos modos de dominação e sua reanálise da ligação entre ação, estrutura e história¹.

Construindo o objeto: grandes princípios

La Noblesse d'État disponibiliza, em primeiro lugar, uma aplicação lúcida do *racionalismo historicista* que subjaz a todo o empreendimento intelectual de Bourdieu. Esta filosofia da ciência tem em conta o trabalho da escola francesa de epistemologia histórica, a que estão associados os nomes de Georges Canguilhem (com quem Bourdieu estudou), Gaston Bachelard, Jean Cavaillès e Alexandre Koyré (Broady, 1991; ver também Tiles, 1990; Gil, 1995; Sinaceur, 1994). Partindo da premissa de que a ciência não tem origem, mas sim uma história – nobre ou ignóbil, como Foucault mostraria mais tarde – e que a epistemologia fica melhor servida escrutinando a atividade científica *in vivo* em vez dos produtos finais ou princípios professados pelos cientistas, esta tradição filosófica (que antecipou muitas das idéias mais tarde popularizadas pela teoria dos paradigmas de Kuhn) concebe a verdade como um “erro retificado” em um infundável esforço para ultrapassar as prenoções nascidas do senso comum vulgar e erudito (Bachelard, 1938 e 1940). Igualmente distanciado do formalismo teórico e do positivismo empírico, demonstra que “não existe fato que não seja impregnado pela teoria, nenhuma lei que não seja uma hipótese momentaneamente estabilizada”, e “nenhuma teoria que não seja

¹ Propus em outro lugar (Wacquant, 1993) uma interpretação complementar de *La Noblesse d'État*, que segue mais de perto a organização e os conteúdos empíricos do livro, dando ênfase, em primeiro lugar, à dialética da classificação e consagração e, em segundo lugar, à conceitualização de poder de Bourdieu, como um efeito de homologias entre, e dentre, estruturas cognitivas e sociais. Uma versão anterior do presente texto foi apresentada no Instituto de Educação de Estocolmo, em maio de 1995, e surgirá como prefácio à tradução inglesa de *La Noblesse d'État*.

polêmica” (Canguilhem, 1957, p. 268). E insiste para que os conceitos sejam caracterizados não por definições estáticas, mas por seus usos e interligações no processo de pesquisa. Nesta perspectiva, o ato científico crucial é a *construção do objeto*².

Três princípios cognatos orientam Bourdieu no seu esforço de construir o “campo do poder”, entendido como rede cruzada das ligações estruturais e funcionais que entrelaçam o espaço das escolas de elite com o das classes dirigentes, de acordo com suas articulações. O primeiro princípio pode ser denominado *politeísmo metodológico*: acionar o procedimento de observação e verificação que melhor se ajuste à questão que temos em mãos e confrontar continuamente os resultados revelados por diferentes métodos. Deste modo, Bourdieu recorre ao contributo de análises de frequências e fatoriais sobre informação obtida em inquéritos, a registros documentais de tendências históricas, prosopografia, análise discursiva e documental, entrevistas de campo e descrição etnográfica.

O segundo princípio obriga a que se conceda *igual atenção epistêmica a todas as operações*, desde a coleta de fontes e elaboração de questionários até a definição das populações, amostras e variáveis, às instruções de codificação e à condução de entrevistas, observações e transcrições. Isto porque cada operação de pesquisa, mesmo a mais elementar e prosaica, transporta por inteiro a problemática teórica que a orienta e comanda. Estabelece-se, assim, uma relação orgânica, de fato uma verdadeira *fusão* de teoria e método, tal como é ilustrado pelo papel privilegiado que Bourdieu atribui à análise de correspondências como a técnica mais adequada para captar configurações relacionais entre o conjunto de variáveis ativas que nos permite empiricamente mapear a estrutura de um campo (ver também Bourdieu, 1984b, p. 6-35 e 69-72).

O terceiro princípio é a *metodologia reflexiva*: o permanente autoquestionamento do próprio método no exato momento em que é acionado. E isso porque, do mesmo modo que os três momentos fundamentais da razão científica sociológica – ruptu-

² Para uma explicação mais completa e uma adaptação sistemática deste “racionalismo aplicado” às ciências sociais, cf. Bourdieu, Passeron e Chamboredon, *Le métier de sociologue* (1991).

ra, construção, constatação – não podem ser desligados, também a construção do objeto não se concretiza em um só golpe (como é ilustrado pelo complexo apêndice no qual Bourdieu [1989a, p. 331-351] conta sua longa luta contra a “ansiedade positivista” que adiou durante anos a publicação deste estudo). De acordo com esta epistemologia inseparavelmente realista e construtivista, a prova é apresentada, não por meio de uma “experiência crucial”, mas pela congruência e convergência dos múltiplos indicadores que a teoria permite extrair de fatos até aí dispersos, e pela capacidade de reger tais fatos a partir de um número de princípios cada vez cada vez mais reduzido. Para que, recorrendo a palavras de Reichenbach, “a cadeia de evidência” seja “mais forte do que o mais fraco dos seus elos, mais forte ainda do que o mais forte de todos” (citado em Kaplan, 1964, p. 245).

É esta “vigilância de terceiro grau”, como Bachelard a chamou, que permite a Bourdieu resistir às seduções da monografia, cuja aparente impecabilidade metodológica teria conduzido a destruir o próprio objeto sob investigação focando-se nesta ou naquela escola à custa da rede de relações objetivas que ligam as escolas de elite umas às outras e da constelação que formam no espaço de posições ocupado pelas várias frações da classe dirigente. A metodologia reflexiva também ativa o controle teórico das metáforas e assegura que os agentes nunca são reduzidos ao estatuto de partículas, puxadas e empurradas por uma estrutura todo-poderosa e auto-regulada³.

A alquimia do poder material e simbólico

No coração de *La Noblesse d'État*, bem como mais geralmente na obra de Bourdieu, está a ingrata mas incontornável relação de colisão e colusão, de autonomia e cumplicidade, de distância e dependência entre *poder material e simbólico*.

Tal como Weber (1946, p. 157) bem observou, em qualquer estrutura de dominação, os “privilegiados pelas ordens política,

³ É de admitir que seja este contato permanente com os aspectos práticos do processo de investigação e a atenção constante aos pressupostos e implicações epistemológicos que elas transportam que terá protegido Bourdieu da reificação e dissecação conceitual que tão freqüentemente marca o trabalho de autoproclamados teorizadores sociais.

social e econômica existentes” nunca se contentam em exercer o poder sem qualquer verniz e em impor as suas prerrogativas sem mais nada. Pelo contrário, “procuram ver suas posições transformadas de relações de poder puramente factuais em um universo de direitos adquiridos, sabendo que assim são consagrados”. Na sociedade feudal, e para simplificar, a Igreja era a instituição responsável pela transmutação do poderio do senhor, fundado no controle das armas, da terra e das riquezas, em direito divino; a autoridade eclesiástica era exercida para justificar e, desse modo, consolidar a ordem da nova classe guerreira. Nas sociedades complexas geradas pelo capitalismo recente, considera Bourdieu, a escola encarrega-se deste trabalho de consagração das divisões sociais. De tal forma que *não é uma, mas sim duas espécies de capital* que agora dão acesso a posições de poder, definem a estrutura do espaço social e regulam as oportunidades e trajetórias de grupos e indivíduos: o capital econômico e o capital social.

Os diplomas (*credentials*), enquanto forma institucionalizada de capital cultural, contribuem para definir a ordem social contemporânea, no sentido medieval de *ordo* – conjunto de gradações temporais e espirituais, mundanas e celestiais, que estabelecem graus incomensuráveis de dignidade entre mulheres e homens, não apenas separando-os e repartindo-os pelas diferentes posições da estrutura social, mas também, e sobretudo, apresentando as desigualdades encontradas como sendo o resultado necessário do talento, esforço e desejo dos indivíduos. Isto só ocorre porque o capital cultural, embora predominantemente acumulado e transmitido na família, surge como inerente à pessoa de seus detentores. O fato de ele “conseguir combinar o prestígio da propriedade inata com os méritos da aquisição” (Bourdieu, 1986, p. 245) torna-o especialmente adequado a legitimar a herança persistente de privilégios sociais em sociedades rendidas ao ideal democrático. Daí decorre, para voltar a usar palavras de Weber, que “o papel desempenhado em outros tempos pela ‘prova de ancestralidade’” é “hoje assumido pela patente da educação”.

O objeto de Bourdieu é aqui a operação de alquimia social pela qual uma hierarquia social se dissimula, tanto para os que ela dignifica como para os que exclui, enquanto escala de excelência

humana. O objetivo é revelar como uma ordem social historicamente arbitrária enraizada na materialidade do poder econômico e político transmuta-se em manifestação aparente de uma aristocracia da inteligência. Nesta perspectiva, a atribuição de um grau de elite não é tanto um “rito de passagem” à maneira de Van Genneep, mas antes um *rito de instituição* (Bourdieu, 1990a): não se trata tanto de demarcar um antes e um depois, mas de diferenciar – e elevar – os que estão destinados a ocupar posições sociais eminentes dos que por eles serão mandados. Suscita reverência e garante-lhes consagração, no sentido forte do termo, isto é, torna-os sagrados (qualquer um que tenha assistido a uma cerimônia em uma universidade americana ou inglesa de prestígio não poderá deixar de se impressionar com o arcaico ambiente religioso que haveria de fazer as delícias Robertson Smith). Tal como a etimologia da palavra credenciais (*credentials*) atesta – *credentialis* (dar autoridade, derivada ela própria de *credere*, crer, acreditar) –, a outorga de um diploma é o clímax de um longo ciclo de produção de fé coletiva na legitimidade de uma nova forma de domínio de classe.

Escolas de elite no novo modo de produção

De fato, tal como a “generalização da cerimônia de *investidura*” foi, segundo Marc Bloch (1968, p. 437), “o sintoma de uma profunda transformação da noção de cavalaria” na Idade Média, também a generalização dos títulos educativos como prerequisite para a ascensão ao vértice das empresas privadas e das burocracias do Estado assinala, segundo Bourdieu, a consolidação de um *novo modo de dominação* e a correspondente transformação no sistema de estratégias pelas quais a classe dominante se mantém e se mascara, à custa de rápidas e constantes metamorfoses.

Na sociedade feudal, a relação entre os pólos do poder temporal e espiritual assumiu a forma de uma oposição relativamente simples, dualista embora complementar, entre guerreiros e sacerdotes, autoridade militar e hierocracia, manejadores de espadas e manejadores de palavras. Com a constituição do Estado formalmente racional e a correspondente ascendência do “segundo capital” (as duas são, admite Bourdieu, invenções his-

tóricas correlativas), o par antagônico é substituído por um leque imensamente complexo de ligações cruzadas entre a multiplicidade de campos em que circulam e se concentram as várias formas de poder social efetivo. A cadeia de interdependências que as articula nesse conjunto peculiar a que Bourdieu chama *campo do poder* (noção introduzida no início dos anos setenta, mas que só nesta obra foi elaborada quer teórica quer empiricamente) estende-se do campo econômico, por um lado, até o campo da produção cultural, por outro⁴. Industriais e artistas no século XIX, gestores e intelectuais no século XX são, no caso da França, a personificação dos pólos dominante e dominado do campo de poder. Entre eles, e por ordem simétrica e inversa de acordo com a preponderância relativa que atribuem ao capital econômico ou cultural, são ordenados os campos da política, do grande funcionalismo público, das profissões liberais e da universidade.

À medida que as espécies de capital se diversificam e os campos autônomos se multiplicam – duas proposições que, para Bourdieu, são traduções conceituais equivalentes da mesma tendência, já que capital e campo se definem e especificam mutuamente – e que a “solidariedade mecânica” mais transparente entre poderes pouco diferenciados e intermutáveis abre caminho à “solidariedade orgânica” mais intrincada entre poderes bem distintos e díspares, aumentam as tensões e as ameaças de colisão. E isso porque o fato de formas diversificadas de capital entrarem hoje na fórmula de dominação implica que diferentes princípios de primazia e legitimidade sociais sejam tidos em consideração e conciliados. O campo do poder é precisamente esta arena em que os detentores das *várias modalidades de capital competem pela supremacia*. O que está em jogo nestas lutas entre dominantes (freqüentemente encaradas erradamente como confrontações entre classes dominante e subordinada) é o valor e

⁴ A formulação inicial do conceito surge em Bourdieu (1971); encontram-se elaborações adicionais em Bourdieu (1992) e Bourdieu e Wacquant (1993). A noção de campo (*champ*) é discutida sinteticamente em “Algumas propriedades dos campos” (Bourdieu 1993a) e Bourdieu e Wacquant (1992, p. 12-19, 94-115). Para ilustrações exemplares, ver Bourdieu (1993b).

o potencial relativos das modalidades rivais de capital, como acontece em particular com a “taxa de câmbio” corrente entre as moedas econômica e cultural (Bourdieu & Boltanski, 1981).

É aqui que o *sistema* de estabelecimentos de ensino superior de elite entra no filme. Em sociedades caracterizadas pela co-presença e competição de diversas formas de poder, todas elas dependendo crescentemente da conversão em diplomas (“*credentials*”) como meio de autoperpetuação, tal sistema não garante apenas acesso preferencial e rápido a posições de domínio aos filhos das linhagens que já as monopolizavam (o pleno pertencimento à nobreza, seja ela baseada no sangue ou nos diplomas, é essencialmente um assunto de homens). Seu elevado grau de autonomia e diferenciação interna, segundo a mesma antinomia entre dinheiro e cultura que organiza o campo de poder no seu conjunto, permite-lhe ainda amortecer conflitos intestinos, reconhecendo e recompensando diversas reivindicações de excelência escolástica e, a partir daí, social.

As “escolas intelectuais”, como é o caso da *École Normale Supérieure*, viveiro da alta *intelligentsia* francesa (Bourdieu é um entre uma longa lista de alunos antigos e distintos), recebem e reconhecem sobretudo aqueles estudantes que mais fortemente são atraídos por elas porque suas disposições são incorporações vivas do tipo de capital que tais escolas procuram e valorizam, ou seja, jovens oriundos das frações cultivadas da burguesia às quais regressam prontamente. Já os estabelecimentos vocacionados para a preparação de capitães da indústria e do Estado, tais como a *École des Hautes Études Commerciales* e a *École Polytechnique* são, por sua vez, eminentemente, o reduto de estudantes oriundos e destinados às frações ricas da alta burguesia francesa. Situada a meio caminho entre os dois pólos do espaço das escolas francesas de elite, a *École Nationale d'Administration*, de onde saem membros de gabinetes e altos funcionários da administração, mistura os dois tipos de competências, as culturais e as econômicas, e recruta estudantes cujo patrimônio familiar acumula normalmente diplomas raros e riqueza antiga.

Ao providenciar percursos separados de transmissão de privilégios e ao reconhecer reivindicações de proeminência

concorrenciais, ou mesmo antagônicas, no interior de sua própria ordem, o campo das escolas de elite protege e aplaca as várias categorias de herdeiros do poder e assegura, melhor do que qualquer outro mecanismo, a *pax dominorum* indispensável à partilha dos despojos da hegemonia. Portanto, não é este ou aquele estabelecimento, mas sim o campo (isto é, o espaço das relações objetivas) que eles formam, que contribui *qua field* para a reprodução da matriz de diferenças e distâncias estruturadas constitutiva da ordem social. O objeto imediato, concreto, de *La Noblesse d'État* é a estrutura e o funcionamento do patamar mais elevado do sistema francês de ensino superior e respectivas ligações à burguesia e grandes empresas do país. Seu objetivo mais profundo, teórico, é o de elaborar, no próprio movimento em que desvenda empiricamente uma das suas concretizações históricas, um modelo da *divisão social do trabalho de dominação* em sociedades avançadas em que diversas formas de poder coexistem e competem pela supremacia.

O trabalho de dominação

Sua centralização extrema e elevada seletividade social, enraizada em ligações duráveis entre clivagens de classe, construção do Estado, republicanismo e educação e na bifurcação entre Universidade e *Grandes Écoles*, a avidez com que santifica a bagagem cultural mundana (isto é, burguesa) e a correspondente brutalidade com que desvaloriza seus próprios produtos como “escolares” – tudo isso faz do sistema de ensino superior francês um terreno propício a revelar uma correlação subreptícia entre classificação escolar e social e o nexó bi-frontal de convivência-pelo-conflito entre os dois pólos do campo de poder. A especificidade destes materiais empíricos, contudo, não deve levar a uma desvalorização da possibilidade de aplicar, em termos mais amplos, o quadro analítico utilizado para os tratar. Devidamente interpretada, *La Noblesse d'État* oferece um programa de investigação sobre qualquer campo nacional de poder, desde que o leitor escandinavo (americano, japonês ou brasileiro...) saiba realizar o necessário trabalho de transposição para gerar, por intermédio de um raciocínio de tipo

homológico, um conjunto organizado de hipóteses para uma pesquisa comparativa em seu próprio país⁵.

Bourdieu sustenta que a organização quiasmática da classe dominante contemporânea, expressando uma fase histórica da divisão de trabalho entre capital material (econômico) e simbólico (cultural)⁶, e sua projeção no campo das escolas de elite que separa e ao mesmo tempo une os dois, é característico de todas as sociedades avançadas. Mas esta estrutura subterrânea de oposição concretiza-se sob formas diversas nos diferentes países, dependendo da intersecção de múltiplos fatores, incluindo a trajetória histórica da formação das classes altas, das estruturas do Estado e da configuração do sistema de educação na sociedade e do período de tempo considerado.

Do mesmo modo, Bourdieu propõe que a ascensão do “novo capital” se transmuta em todo o lado em uma mudança nos modos de reprodução, passando de uma reprodução *direta*, em que o poder é transmitido essencialmente dentro da família via propriedade econômica, para uma reprodução *escolarmente mediada*, em que a transmissão dos privilégios é simultaneamente efetuada e transfigurada pela intervenção das instituições educativas. Mas, de novo, as classes dominantes recorrem conjuntamente a ambos os modos (Bourdieu esforça-se por sublinhar que o crescente peso *relativo* do capital cultural de nenhum modo anula a capacidade do capital econômico para se propagar autonomamente) e sua preferência parcial por um ou outro dependerá do sistema global de instrumentos de reprodução à sua disposição e do balanço corrente do poder entre as várias frações ligadas a este ou aquele modo de transmissão (Bourdieu, 1994b).

Daqui decorre que seria um erro – Alfred North Whitehead (1948, p. 52) chama-o “falácia da concretização deslocada” – procurar, para além das fronteiras nacionais, correspondências uma a uma entre instituições encarregadas de perpetuar a rede de posições de poder nas diferentes sociedades (por exemplo, pro-

⁵ Para uma discussão sobre as seduções da redução ideográfica relacionada com a análise de Bourdieu do campo universitário francês, ver Wacquant (1990)

⁶ A constituição histórica da oposição entre “dinheiro” e “arte” na França do século XIX é analisada por Bourdieu em *Les règles de l'art* (1992).

curar a exata contrapartida britânica ou sueca da *École Nationale d'Administration, o que não existe*). Em vez disso deve-se, aplicando o modo relacional de pensamento subsumido na noção de campo, procurar em cada caso particular desvendar *empiricamente* as *configurações* específicas assumidas pelo complexo de oposições que estruturam o espaço social, o sistema de educação e o campo de poder, assim como suas interconexões.

Em resumo, a estrutura do espaço de educação de elite dá lugar, no caso francês, a um dualismo estrito entre as *grandes écoles* (escolas de graduação seletivas, baseadas em *numerus clausus*, em classes especiais de preparação e exames de acesso nacionais competitivos, com passagem direta para postos de trabalho de elevado perfil) e as universidades (instituições de massa abertas a todos os que completam o curso secundário e que só vagamente estão ligadas ao mundo do trabalho) e, no interior do próprio campo das *grandes écoles*, entre, de acordo com um eixo, as melhores (*major*) e as piores (*minor*) escolas, e, de acordo com outro, entre estabelecimentos orientados para valores intelectuais e estabelecimentos que preparam para posições econômico-políticas. No descentralizado sistema educativo americano, freqüentemente apresentado como um contra-modelo, estas dualidades são refratadas em uma vasta série de oposições interligadas, vertical ou horizontalmente: entre os setores público e privado (começando em nível de ensino secundário), entre *community colleges* e *four-year universities*, entre instituições de ensino superior de massa e um punhado de estabelecimentos de elite (ancorados pela Ivy League) que também se atribuem a fatia de leão dos postos de direção no mundo dos negócios privados e públicos⁷.

Dada a preponderância, historicamente bem enraizada, do capital econômico sobre o capital cultural, a oposição entre os

⁷ Sobre estas clivagens ver, respectivamente, Katznelson e Weir (1987, p. 208-221), Falsey e Heyns (1984), Cookson e Persell (1985), Brint e Karabel (1989), Powell e Lewis (1990). Por razões de espaço e acessibilidade a estudos e dados comparáveis, só o caso dos Estados Unidos é aqui discutido; o mesmo raciocínio seria aplicável a muitas outras sociedades. Estudos exploratórios sobre educação de elite e reprodução das classes dominantes na Escandinávia foram reunidos por Broady e de Saint Martin (1995).

dois pólos de poder e entre as correspondentes frações da classe dominante norte-americana não se materializa sob a forma de fileiras ou escolas rivais. Antes é projetada *dentro* de cada universidade (de elite) nas relações tensas e de tipo adversativo entre formações divididas em artes e ciências, por um lado, e escolas de profissões liberais (direito, medicina e gestão, especialmente), por outro, assim como nas relações antagônicas que estas estabelecem com os poderes de fato e nas imagens contrastantes sobre o saber para o qual apelam (investigação *versus* serviço, crítica *versus expertise*, criatividade *versus* utilidade etc.).

Ainda assim, não obstante todas as diferenças nas respectivas localização e circuitos sistêmicos, a rede fortemente integrada das universidades da Ivy League e dos colégios privados funciona como uma boa, ainda que parcial, aproximação ao sistema francês das *grandes écoles* e respectivas *classes préparatoires*. Já que a “simples asserção de que existem escolas de elite, em especial escolas socialmente de elite, vai contra o instinto norte-americano”⁸, talvez não seja excessivo lembrar em termos breves quão exclusivas – e excludentes – elas são. Bastará notar que virtualmente todos os diplomados dos colégios internos norte-americanos do topo (que correspondem a 1% da lista de estabelecimentos de ensino secundário americanos) têm acesso à faculdade, percentual que pode ser comparado com 76% dos estudantes nas escolas católicas e outras escolas privadas e 45% nas escolas públicas. Estes estudantes superprivilegiados – nove em dez dos quais são filhos de profissionais liberais e gestores (dois terços dos respectivos pais e um terço das mães freqüentaram escolas de ensino superior) – têm também maior probabilidade de freqüentar os *campi* mais prestigiados, mesmo descontando os resultados de aptidão escolar: em 1982, quase metade dos alunos das melhores escolas candidatou-se às escolas da Ivy League e 42% desses candidatos foram admitidos, contra 26% de todos os candidatos em nível nacional (embora os últimos provenham dos melhores 4% de estudantes do país), graças a liga-

⁸ Cookson e Persell (1985, p. 15). Os números que se seguem também foram extraídos deste excelente estudo, em especial o capítulo 3.

ções organizacionais estreitas e a canais de recrutamento entre colégios privados e faculdades privadas com elevado estatuto (Persell & Cookson, 1985). Em 1984, não mais do que treze colégios de elite haviam formado 10% dos membros dos conselhos de administração de grandes empresas dos Estados Unidos e quase um quinto dos diretores de duas das maiores empresas, já que a combinação de diplomas obtidos em faculdades seletivas com o *pedigree* das classes altas multiplica a probabilidade de acesso ao “círculo dos eleitos” (*inner circle*) do poder empresarial.

Entre os gestores seniores, a posse de credenciais educacionais prestigiadas interage com origens de classe elevadas para decidir sobre quem assumirá a liderança executiva, quem integrará as administrações de empresas externas e quem chegará à direção das principais associações empresariais. E, tal como na França, a consagração dos diplomas pela “cultura burocrática generalizada” tende a sobrepor-se aos certificados de proficiência técnica. Nos Estados Unidos, um alto diploma em direito ou um grau obtido em uma faculdade privada de prestígio dá a qualquer gestor uma maior possibilidade de atingir o vértice superior do mundo empresarial do que a obtenção de um MBA bem cotado⁹ (Useem & Karabel, 1986). Os diplomados por colégios e universidades de elite oriundos de grandes famílias incluídas no *Social Register* estão também massivamente super-representados nos patamares mais elevados do aparelho de Estado (incluindo ministérios, altas magistraturas e conselheiros governamentais), pessoal político, grandes firmas de advogados, *media* nacionais, organizações filantrópicas e artes¹⁰. E aqueles que saem do

⁹ Este abrangente estudo de 3.105 gestores seniores em 208 grandes companhias norte-americanas revelou que um quarto de gestores seniores sem escolarização universitária atinge a direção executiva, contra 52% de gestores de topo com um MBA de elite, 45% dos quais com um MBA em uma universidade de topo (Useem & Karabel, 1986).

¹⁰ Ver Useem (1984), Cookson & Persell (1985, p. 198-202), Schwartz (1987), Marcus (1991), Domhoff (1993), Levine (1980), e, em uma perspectiva histórica, Baltzell (1989). C. Wright Mills notou, já em 1956, que “a escola, e não mais a família da classe alta, é a mais importante instância de transmissão de tradições das classes sociais altas e de regulação do reconhecimento da nova riqueza e talento. É o ponto que diferencia a experiência da classe alta” (Mills, 1956, p. 64-65). Deve-se notar,

cadinho das escolas para se tornarem “influenciadores do poder” (*powerbrokers*) em Boston, Washington e Los Angeles não se sentem menos autorizados em suas posições e prerrogativas do que seus homólogos da Rua Saint Guillaume em Paris.

A “correspondência ontológica” de agente e de estrutura

Distinguir os resultados empíricos (específicos) do modelo teórico (geral) contido em *La Noblesse d’État* sugere uma agenda para uma sociologia comparada, *genética e estrutural de campos de poder nacionais* que, para cada sociedade, catalogaria formas eficientes de capital, especificaria os determinantes históricos e sociais dos respectivos graus de diferenciação, distância e antagonismo, e avaliaria o papel desempenhado pelo sistema escolar de elite (ou instituições funcionalmente equivalentes) na regulação das relações por eles mantidas¹¹.

Uma tal investigação sem dúvida confirmaria que a maior opacidade do modo de reprodução mediado pela escola e, portanto, sua capacidade aperfeiçoada para dissimular a perpetuação do poder, tem um custo real. Em primeiro lugar, custa cada vez mais ser um herdeiro: tipicamente, as escolas de elite submetem seus estudantes a regimes de trabalho mais severos, a estilos de vida austeros e a práticas de mortificação social e intelectual que envolvem sacrifício pessoal significativo. Em segundo lugar, a lógica estocástica que agora governa a transmissão do privilégio é tal que, mesmo se beneficiando de todas as vantagens desde o início, nem todo filho de dirigente empresarial (*chief executive*), médico-cirurgião

além disso, que o pertencimento *bona fide* ao campo de poder via educação de elite continua a restringir-se à casta branca (Zweigenhaft & Domhoff, 1991).

¹¹ Para ilustrações da aplicabilidade e produtividade deste quadro analítico para investigação histórica e comparativa, ver o número de *Actes de la recherche en sciences sociales* sobre “Estratégias de reprodução e de transmissão de poderes” (dezembro de 1994), com artigos sobre assembleias populares (*contiones*) na Roma antiga, violência e poder senhorial nos finais da Idade Média, sucessão camponesa nos Alpes franceses no século XVIII, recrutamento diretivo no pós-guerra na indústria química alemã e a relação entre aristocracia e burguesia nos romances de Proust.

gião ou cientista está seguro de ter uma posição social eminente comparável no final da corrida. Em seu estudo sobre a educação da classe alta na América do Norte, Cookson e Persell (1985, p. 204 e seguintes) salientam que a “adequação entre a presença no colégio interno e a admissão aos círculos de elite” está longe de ser perfeita e indica que as crianças da classe dirigente da América estão cada vez menos dispostas a suportar a abnegação, o isolamento, o sofrimento psíquico e ascetismo severo para toda a vida que a transmissão do poder doravante requer. Não poucos dentre eles abandonam as “escolas preparatórias” (*prep schools*) (ou são expulsos destas), tentam o suicídio ou simplesmente optam por perseguir outras vocações menos severas.

A *contradição específica* do modo de reprodução mediado pela escola reside precisamente na disjunção que cria entre o interesse coletivo de classe que o campo das escolas de elite salvaguarda e o interesse daqueles de seus membros individuais que têm inevitavelmente de sacrificar para o fazer. Bourdieu sugere ainda que a mobilidade descendente (limitada) de um contingente dos jovens da classe alta e a mobilidade transversal, “trajetórias desviantes” que levam um número destes de um pólo do campo do poder para o outro – como quando os descendentes das frações culturais da burguesia acedem a pólos de responsabilidade política ou empresarial –, são poderosas fontes de mudança no interior do campo do poder assim como grandes contribuintes para os “novos movimentos sociais” que floresceram na era da competição acadêmica universal. Seja como for, nem todos os herdeiros, sob este regime, são capazes e têm vontade de carregar os fardos da sucessão¹².

¹² Isto implica que, contrariamente à leitura comum de Bourdieu como um “teórico da reprodução”, a reprodução de classe não é uma conclusão inevitável, uma necessidade inerente do “sistema”, mas um resultado contestado (e portanto contingente) que tem de ser conquistado pelos dominantes sobre e contra as suas divisões internas, dúvidas e divergências, além da resistência ou recalcitrância da parte dos dominados (é o que Leibniz chamava uma “verdade de fato”, em oposição a uma “verdade da razão”). Luta, não reprodução, é a metáfora-chave operante do pensamento de Bourdieu (Schwingel, 1993).

Tal significa que, para se compreender totalmente, uma sociologia generativa das multifacetadas lógicas do poder não pode limitar-se a si própria a desenhar uma topologia objetivista das distribuições de capital. Tem de envolver, no interior de si mesma, a “psicologia especial” que Durkheim buscava mas que nunca realizou. “Sustentamos que o sociólogo não terá completado sua tarefa”, escreveu o fundador do *Année Sociologique*, “enquanto não chegar bem fundo na mente mais profunda [*le for intérieur*] do indivíduo de modo a relacionar as instituições que procura explicar com as suas condições psicológicas” (Durkheim, 1909, p. 755)¹³. Isto é, deve-se dar um relato completo da implementação e gênese social das categorias de pensamento e ação por meio das quais os participantes dos vários mundos sociais sob investigação percebem e atualizam (ou não) as potencialidades que acalentam. Só fazendo isso se pode esperar lançar luz analítica na relação de “correspondência ontológica” obscura e não percebida que liga estrutura e agente (Bourdieu, 1989a, p. 59).

Para Bourdieu, uma tal dissecação da cognição prática dos indivíduos é indispensável porque as estratégias sociais nunca são determinadas unilateralmente pelos constrangimentos objetivos da estrutura como não são pelas intenções subjetivas do agente. Antes, a prática é engendrada na *solicitação mútua da posição e da disposição*, no ora harmonioso, ora discordante encontro entre “estruturas sociais e estruturas mentais”, história “objetivada” como campos e histórica “incorporada” na forma da matriz socialmente padronizada de preferências e propensões que constitui o *habitus*¹⁴.

¹³ Nesta passagem crucial omitida da versão final de *Les Formes élémentaires de la vie religieuse*, Durkheim (1909, p. 755) escreve ainda que é a sociedade que “informa as nossas mentes e as nossas vontades de modo a harmonizá-las com as instituições que expressam [a sociedade]. É a partir [da nossa mentalidade], conseqüentemente, que a sociologia tem de começar”. Sob este ponto de vista (e em conjunto com outros, cf. Wacquant, 1995), Bourdieu afirma-se como herdeiro e continuador do projeto durkheimiano.

¹⁴ Isto significa que a “opacidade” da prática, e assim a inexorável dificuldade de revelar sua fórmula generativa, localiza-se na realidade e não no pensamento, tal como argumentado por Stephen Turner (1994) em *The Social Theory of Practices*. Para uma discussão mais completa da relação em dois sentidos entre *habitus* e campo, ver Bourdieu (1990b, esp. capítulos 3-6 e 9) e Bourdieu e Wacquant (1992, p. 12-19 e 97-140).

É por isso que *La Noblesse d'État* abre com uma análise das atividades e taxonomias práticas por meio das quais professores e estudantes produzem conjuntamente a realidade quotidiana das escolas francesas de elite como um *Lebenswelt* significativo. Na Parte I (“Desconhecimento e violência simbólica”), Bourdieu levamos ao interior da mente do professor de filosofia da *École normale supérieure* de modo a que possamos aprender a pensar, sentir e julgar enquanto tal e, portanto, de modo a que possamos captar a partir de dentro, como tal, a evidência da relação umbilical – contudo continuamente negada – entre excelência acadêmica e distinção de classe. E na Parte II (“Ordenação”), reconstrói com sofrimento e precisão meticulosa as operações quase-mágicas de segregação e agregação por meio das quais a nobreza escolástica é unificada em corpo com alma e infundida com a extrema certeza da justiça de sua missão social. A metódica (re)formação do eu envolvida na fabricação do *habitus* dos dominantes revela como o poder se insinua por meio do formar das mentes e do moldar do desejo a partir de dentro, não menos do que pela “compulsão lenta” das condições materiais a partir de fora.

Longe de se resolver na interrelação mecânica de estruturas homólogas (e de correspondências de segunda ordem entre homologias operando em diferentes níveis do campo do poder e de seus subcampos constituintes), Bourdieu é capaz de mostrar que a dominação emerge na e por meio da *relação particular de “ajustamento” i-mediato e infraconsciente entre estrutura e agente* que se obtém sempre que os indivíduos constroem o mundo social por meio de princípios de *visão* que, tendo emergido desse mundo, são padronizados depois de suas *divisões* objetivas. Assim, pode afirmar, de uma única vez e sem contradição, que os agentes sociais são plenamente determinados e plenamente determinantes (*determinative*) (assim dissolvendo a alternativa escolástica entre agente e estrutura).

Parafraseando a famosa fórmula de Marx, poderíamos dizer que, para Bourdieu, os homens e as mulheres fazem sua própria história, mas não a fazem por meio de categorias de sua própria escolha. E poderemos também dizer, sem sucumbir ao idealismo, que a ordem social é, no fundo, uma ordem gnosiológica, desde que se reconheça concorrentemente que os

esquemas cognitivos pelos quais nós conhecemos, interpretamos e ativamente organizamos nosso mundo são, eles próprios, constructos sociais que transcrevem no interior dos corpos individuais os constrangimentos e as oportunidades (*facilitations*) de seu meio original.

O Estado como fetiche supremo e poder simbólico

Poderemos ficar baralhados pelo fato de as estruturas oficiais do Estado, as polícias e o pessoal – o *stock-in-trade*¹⁵ das sociologias convencionais do Estado – dificilmente aparecerem em um livro com o título de *La Noblesse d'État*. Esta “ausência” é aparente deliberada; deve dramatizar um dos argumentos-chave de Bourdieu: que o Estado não é necessariamente o lugar onde procurá-lo (isto é, onde ele silenciosamente nos instrui a lançar o olhar e a rede) ou, mais corretamente, que sua eficácia e efeitos podem ser mais fortes precisamente onde e quando não os esperamos nem suspeitamos deles. Nisto Bourdieu concorda com Philip Abrams (1988, p. 58-59), que assinalou em “Notes on the difficulty of studying the State” que um dos obstáculos principais à sociologia do Estado reside na capacidade especial que este tem de tornar secreto seu próprio poder.

Para Bourdieu, a *differentia* do Estado como uma organização nascida e destinada à concentração do(s) poder(es) não reside onde as teorias materialistas, de Max Weber a Norbert Elias e Charles Tilly, tipicamente a colocam. Continuamos excessivamente ligados à visão (do século XVIII) do Estado como “coletor de rendimento e sargento de recrutamento” quando vemos nele aquele agente que monopoliza com sucesso a violência física e ignoramos, ao mesmo tempo, que ele também, e mais decisivamente, monopoliza a violência simbólica legítima (Bourdieu, 1994b)¹⁶. O Estado, sugere Pierre Bourdieu, é antes e sobretudo

¹⁵ *Stock-in-trade* é uma expressão inglesa que designa aquilo que é necessário para exercer um determinado ofício, negócio ou profissão. Neste caso, aquilo que seria necessário para fazer sociologia do Estado (Nota dos tradutores portugueses).

¹⁶ De fato, pode argumentar-se que o Estado necessariamente tem que capturar uma boa parte de capital simbólico se pretende estabelecer a legitimidade do seu uso da força.

o “banco central de crédito simbólico” que endossa todos os atos de *nomeação* por meio dos quais as divisões e os altos cargos são atribuídos e proclamados, ou seja, promulgados como universalmente válidos no campo de ação de um determinado território e população. O título acadêmico é a manifestação paradigmática desta “magia do Estado” por meio da qual, a pretexto da certificação, as identidades e os destinos sociais são produzidos, as competências técnicas e sociais, fundidas, e os privilégios exorbitantes, transmutados em direitos devidos.

A violência do Estado, portanto, não é exercida apenas (ou mesmo principalmente) sobre os subalternos, os loucos, os doentes e os criminosos, como muitos dos seguidores de Foucault o colocariam. *Exerce-se sobre nós todos*, em uma miríade minuciosa e invisível de modos, sempre que percebemos e construímos o mundo social através das categorias instiladas em nós por nossa educação. O Estado não está apenas “lá fora”, sob a forma de burocracias, autoridades e cerimônias. Está também “cá dentro”, indelevelmente gravado em nós, alojado na intimidade do nosso ser, nos modos partilhados pelos quais sentimos, pensamos e julgamos. Não é o exército, o asilo, o hospital ou a prisão, mas a escola o mais poderoso instrumento e servidor do Estado. E produz não tanto “corpos dóceis”, como na última teoria do poder de Foucault (1975, 1994), mas sobretudo “mentes dóceis” (*docilis*, reveladoramente, deriva de *docere*, ensinar).

Durkheim (1950, p. 89 e 87) tinha razão quando, como bom kantiano que era, descrevia o Estado como um “cérebro social” cuja “função essencial era pensar”, um “órgão especial encarregado de elaborar representações definidas válidas para a coletividade”. Só que estas representações, insiste Bourdieu, são as de uma sociedade dividida em classes, não um organismo social harmonioso e unificado, e a sua aceitação é o produto de uma imposição sub-reptícia, não de consenso espontâneo. Ao contrário dos mitos totêmicos, as “formas escolásticas de classificação” que fornecem a base para a integração lógica dos Estados-Nação avançados são ideologias de classe que servem a interesses particulares no preciso momento em que se retratam

como universais. Os instrumentos de conhecimento e construção da realidade social difundidos e inculcados pela escola são também, e inescapavelmente, instrumentos de dominação simbólica. E é assim que a nobreza credencializada deve a fidelidade que lhe concedemos, no duplo sentido de submissão e de crença, ao fato de os “quadros de interpretações” que o Estado nos forja e impõe por meio da escola serem – para retomar uma outra expressão de Kenneth Burke (1984) –, de tal forma “quadros de aceitação” que nos fazem dobrar suavemente sob um jugo que nem sequer sentimos.

A outra astúcia da razão

Ao oferecer, em primeiro lugar, uma anatomia da produção do novo capital e, em segundo, uma análise dos efeitos sociais de sua circulação nos vários campos envolvidos no *trabalho de dominação*, *La Noblesse d'État* revela a sociologia da educação de Bourdieu naquilo que ela realmente é e sempre foi desde a sua fundação: uma antropologia generativa dos *poderes* focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização. Da mesma forma que o triunvirato fundador da sociologia clássica estava preocupado com a religião como ópio, cimento moral e teodicéia da nascente modernidade capitalista, o duradouro interesse de Bourdieu pela escola (e, por esta via, pela arte) deriva do papel que ele lhe atribui como garantidor da ordem social contemporânea via magia do Estado que consagra as divisões sociais, inscrevendo-as simultaneamente na objetividade das distribuições materiais e na subjetividade das classificações cognitivas.

O aviso de Weber (1978) de que “as patentes de educação criarão uma ‘casta’ privilegiada” revelou-se premonitório: os tecnocratas que chefiam hoje as firmas capitalistas e os escritórios governamentais têm à sua disposição uma couraça de poderes e de títulos – de propriedade, educação e ancestralidade – sem precedentes históricos. Não necessitam escolher entre nascimento e mérito, atribuição e realização, herança e esforço, a aura da tradição e a eficiência da modernidade, porque podem abarcá-los a todos. E, contudo, o sóbrio diagnóstico de Bourdieu sobre

o advento da nobreza de Estado não nos condena ao cinismo e à passividade, nem ao falso radicalismo das retóricas das “políticas da cultura”. Isto porque a autonomia relativa de que o poder simbólico tem necessariamente de usufruir para realizar suas funções legitimadoras envolve sempre a possibilidade de sua mudança ao serviço de objetivos alternativos à reprodução. Isto é especialmente verdade quando a “cadeia da legitimação” cresce de um modo cada vez mais alargado e intrincado, e quando a dominação é exercida em nome da razão, da universalidade e do bem comum (*common wealth*).

A razão, argumenta Bourdieu levando o racionalismo historicista ao seu limite, não é um truque de ilusionismo nietzschiano alimentado pela “vontade de poder”, nem uma invariante antropológica enraizada na estrutura imanente da comunicação humana, como em Habermas, mas uma potente embora frágil *invenção histórica* nascida da multiplicação daqueles microcosmos sociais, tais como os campos da ciência, da arte, do direito e da política, em que os valores universais podem ser atingidos, ainda que de um modo imperfeito¹⁷. Que um número maior do que nunca de protagonistas no jogo da dominação ache necessário engendrar justificações racionais para suas ações aumenta a probabilidade de que eles, paradoxalmente, mantenham, apesar deles próprios, a marcha em frente da razão.

Jogar (*to play*) com a universalidade é brincar (*to play*) com fogo. O papel coletivo dos intelectuais como titulares do “corporativismo do universal” (Bourdieu, 1989b) é constranger os poderes temporais e forçá-los a viver de acordo com as próprias normas da razão que estes, ainda que hipocritamente, invocam. Isto coloca a ciência – e a ciência social em particular – no epicentro das lutas dos nossos dias. À medida que a ciência é convocada pelos dominantes em nome da sua regra, mais vital é para os dominados valerem-se dos seus resultados e ins-

¹⁷ Sobre este ponto, ver Bourdieu (1989b, 1990c, 1991 e 1994a, esp. “Un acte désintéressé est-il possible?”, p. 161-167). Duas interpretações estimulantes da proposta “terceira via” de Bourdieu entre racionalismo modernista e relativismo pós-moderno encontram-se em Harrison (1993) e Calhoun (1995).

trumentos. É este o significado e objetivo políticos de *La Noblesse d'État*: contribuir para este conhecimento racional da dominação que, *non obstante* as lamentações cansativas dos profetas pós-modernos, permanece a nossa melhor arma contra a racionalização da dominação.

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. *Journal of Historical Sociology*. 1 (1): 58-89, 1988.
- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1938.
- _____. *La philosophie du non*. Paris: Presses Universitaires de France, 1940.
- BALTZELL, E. Digby. *Philadelphia Gentlemen: the making of a national upper class*. New Brunswick: Transaction Press, 1989 [1958]¹⁸.
- BLOCH, Marc. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1968 [1930].
- BROADY, Donald. *Sociologi och epistemologi; om Pierre Bourdieus författarskap och den historiska epistemologin*. Stockholm: HLS Forlag, 1990.
- BROADY, Donald; SAINT MARTIN, Monique de. *Enseignement supérieur et reproduction de la classe dominante*. 1995. Mimeogr.
- BOURDIEU, Pierre. Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe. *Scolies*, 1: 7-26, 1971.
- _____. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984a [1979].
- _____. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984b. (Trans. *Homo Academicus*. Cambridge: Polity Press, 1988).
- _____. The forms of capital. In: RICHARSON, J.G. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- _____. *La Noblesse d'État; grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Éditions de Minuit: 1989a.
- _____. The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world. *Telos*. 81: 99-110, outono 1989b.

¹⁸ A data entre colchetes corresponde à edição original; a outra data refere-se à edição utilizada pelo autor na elaboração do artigo (Nota dos revisores da versão brasileira).

- _____. Rites of institution. In: *Language and Symbolic Power*. Trans. Peter Collier. Cambridge: Polity Press-Harvard University Press, 1990a [1982]. p. 117-127.
- _____. *The logic of practice*. Cambridge-Stanford: Polity Press-Stanford University Press, 1990b [1980].
- _____. The scholastic point of view. *Cultural Anthropology*. 5: 380-391, nov. 1990c.
- _____. The peculiar history of scientific reason. *Sociological Forum*. 5 (2): 3-26, spring 1991.
- _____. *Les règles de l'art*; genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.
- _____. *Sociology in question*. Trans. Richard Nice. London/Newbury Park: Sage Publications, 1993a [1980].
- _____. *The field of cultural production*. Trans. Peter Collier. Cambridge-New York: Polity Press-Columbia University Press, 1993b.
- _____. *Raisons pratiques*; sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994a.
- _____. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 105: 3-12, dec. 1994b.
- _____. Rethinking the State: on the genesis and structure of the bureaucratic field. *Sociological Theory*. 12: 1-19, mar. 1994b.
- _____; BOLTANSKI, Luc. The educational system and the economy: titles and jobs. In: LEMERT, Charles C. (ed.) *French sociology: rupture and renewal since 1968*. New York: Columbia University Press, 1981 [1975]. p. 141-151.
- _____; PASSERON, Jean-Claude; CHAMBOREDON, Jean-Claude. *The craft of sociology: epistemological preliminaries*. New York-Berlin: Aldine de Gruyter, 1991 [1968].
- _____; WACQUANT Loïc J. D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago-Cambridge: University of Chicago Press-Polity Press, 1992.
- _____. From ruling class to field of power: an interview with Pierre Bourdieu. *Theory, Culture, and Society*. 10 (1): 19-44, aug. 1993.
- _____. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- BRINT, Steven; KARABEL, Jerome. *The diverted dream; community colleges and the promise of educational opportunity in America, 1950-1985*. New York-Oxford: Oxford University Press, 1989.
- BURKE, Kenneth. *Attitudes towards history*. Berkeley: University of California Press, 1984 [1937].
- CALHOUN, Craig. Habitus, field, and capital: historical specificity in the theory of practice. In: _____. *Critical social theory: culture, history, and the challenge of difference*. Oxford: Basil Blackwell, 1995. p. 132-61.

- CANGUILHEM, Georges. *Études de philosophie et d'histoire des sciences*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- COOKSON Jr., Peter W.; PERSELL, Caroline Hodges. *Preparing for power: America's elite boarding schools*. New York: Basic Books, 1985.
- DOMHOFF, G. William. *The power elite and the State*. New York-Berlin: Aldine, 1993.
- DURKHEIM, Émile. Sociologie religieuse et théorie de la connaissance. *Revue de Métaphysique et de Morale*. 17: 733-758, 1909. (Reimpresso parcialmente em _____. *Textes*, v. 1: Eléments d'une théorie sociale, Présentation de Victor Karady. Paris: Minuit, 1975. p. 184-188.)
- _____. Définition de l'État. In: *Leçons de sociologie: physique des mœurs et du droit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- FALSEY, Bárbara; HEYNS, Barbara. The College channel: private and public schools reconsidered. *Sociology of Education*. n. 57, p. 111-122, apr. 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir; naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. Pouvoir et corps. In: *Dits et écrits, 1954-1988*. v. II (Edited by Daniel Defert; François Ewald). Paris: Gallimard, p. 754-760, 1994 [1975].
- GIL, Didier. *Bachelard et la culture scientifique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- HARRISON, Paul Raymond. Bourdieu and the possibility of a postmodern sociology. *Thesis Eleven*. n. 35, p. 36-50, 1993.
- KAPLAN, Abraham. *The conduct of inquiry: methodology for behavioral science*. San Francisco: Chandler, 1964.
- KATZNELSON, Ira; WEIR, Margaret. *Schooling for All: Race, Class, and the Decline of the Democratic Ideal*. New York: Basic Books, 1987.
- LEVINE, Steven B. The Rise of American Boarding Schools and the Development of a National Upper Class. *Social Problems*. 28: 63-94, apr. 1980.
- MARCUS, George E. *Lives in Trust; The Fortunes of Dynastic Families in Late 20th-Century America*. Boulder: Westview Press, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Manuel d'ethnographie*. 3. ed. Paris: Bibliothèque Payot, 1989 [1947].
- PERSELL, Caroline Hodges; COOKSON Jr., Peter W. Chartering and Bartering: Elite Education and Social Reproduction. *Social Problems*. 33: 114-129, dec. 1985.
- POWELL, William Kingston; LEWIS, Lionel S. (eds.) *High Status Track: Studies of Elite Schools and Stratification*. Albany: State University of New York Press, 1990.

- SCHWARTZ, Michael (ed.). *The structure of power in America*; the corporate elite as ruling class. New York: Holmes and Méier, 1987.
- SCHWINGEL, Markus. *Analytik der Kämpfe: Macht und Herrschaft in der Soziologie Bourdieus*. Hamburg: Argument, 1993.
- SINACEUR, Hourya. *Jean Cavailles: philosophie mathématique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- TILES, Mary. *Gaston Bachelard: objectivity and knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TURNER, Stephen. *The social theory of practices*; tradition, tacit knowledge, and presuppositions. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- USEEM, Michael. *The inner circle*; large corporations and the rise of business political activity in the U.S. and U.K. New York: Oxford University Press, 1984.
- _____.; KARABEL, Jerome. Educational pathways to top corporate management. *American Sociological Review*. 51: 184-200, apr. 1986.
- WACQUANT, Loïc J.D. Sociology as socio-analysis; tales of 'homo academicus'. *Sociological Forum*. 5: 677-689, winter 1990.
- _____. On the Tracks on Symbolic Power: Prefatory Notes to Bourdieu's 'State Nobility'. *Theory, Culture, and Society*, 10: (1), 1-17, aug. 1993.
- _____. Durkheim et Bourdieu: le socle commun et ses fissures. *Critique*, 579-580: 646-660, sept. 1995, p.
- WEBER, Max. *From Max Weber: Essays in Sociology*. Edited and with an introduction by Hans Gerth and C. Wright Mills. Oxford: Oxford University Press, 1946.
- _____. *Economy and society*. Berkeley: University of California Press, 1978 [1918-20].
- WRIGHT MILLS, C. *The power elite*. New York: Oxford University Press, 1956.
- WHITEHEAD, Alfred North. *Science and the modern world*. New York: New American Library, 1948 [1925].
- ZWEIGENHAFT, Richard L.; DOMHOFF, G. William. *Blacks in the white establishment? a study of race and class in America*. New Haven: Yale University Press, 1991.

Endereço para correspondência:
 University of California-Berkeley; CA 94720 – USA.
 e-mail: loic@uclink4.berkeley.edu

Recebido: 20/8/2007
 Aceito: 10/9/2007